

SEGUREM FHC E BLOQUEIEM A CHAVE DO COFRE

José Valder Nogueira

De autoria dos mais renomados e acreditados economistas do Brasil e do mundo, dentre os quais destacaria Campos, Delfim, Pastore, Lango-ni, Volcker, Samuelson, Friedman e Sachs, é o seguinte o diagnóstico sobre a atual crise da economia brasileira: "O âmagô, a origem, a causa da crise atual da economia brasileira chama-se déficit público".

Traduzido, esse cristalino diagnóstico significa que os governos do Brasil, sem exceção, sempre gastaram muito acima do que arrecadavam. Esse procedimento assemelha-se ao do indivíduo conhecido como gastador contumaz, que gasta tudo o que tem, endivida-se e termina por torrar o patrimônio, com a perda inevitável da credibilidade.

Aí está a verdade sobre o que vivemos agora e em passados recentes. A causa da nossa crise não é o dólar, fixo ou flutuante (política cambial), não é a moeda, nem os juros (política monetária). Precisamos concentrar todo o esforço, inteligência e consciência nacionais no vetor único que identifica a origem e causa do nosso problema: o excesso de gastos.

Para aguçar a nossa capacidade de análise sobre o déficit público, veja-se que a nossa dívida interna evoluiu, nos primeiros quatro anos de mandato de FHC, mais de 424%, ou seja, cresceu de R\$ 61,7 bilhões para cerca de R\$ 324,8 bilhões até novembro de 1998. As projeções indicam que a dívida poderá alcançar cerca de 49,1% do PIB em 1999 (a estimativa anterior à atual taxa de juros era de 36,5%), isto é, chegar a cerca de R\$ 441,9 bilhões (considerado ainda um PIB de R\$ 900 bilhões), com acréscimo de R\$ 117,1 bilhões em apenas um ano.

Teria sido o presidente FHC "um gastador por excelência" ou razões relevantes poderiam justificar tamanho salto da dívida interna? Veja-se, a propósito, as edições das principais revistas brasileiras (*Veja*, *IstoÉ*, *Época*) do mês de março, em que FHC, de maneira, aliás, muito ética e humilde, reconhece que errou. A busca de solução para essa causa é o nosso grande desafio. E seu alcance, necessariamente, dependerá: a) de um fator político bá-

sico e fundamental, conhecido como "disposição política"; b) — do binômio "aumentar receitas e/ou diminuir gastos"; e c) — do apoio da sociedade e do povo.

A primeira condição está diretamente relacionada com a capacidade de renúncia dos nossos políticos. É a hora de separar o joio do trigo. Quero dizer: é condição sine qua non que o interesse nacional se sobreponha aos demais interesses, dando-se prioridade à aprovação das medidas que, efetivamente, venham ao encontro da solução da crise.

A segunda condição é extremamente complexa, especialmente

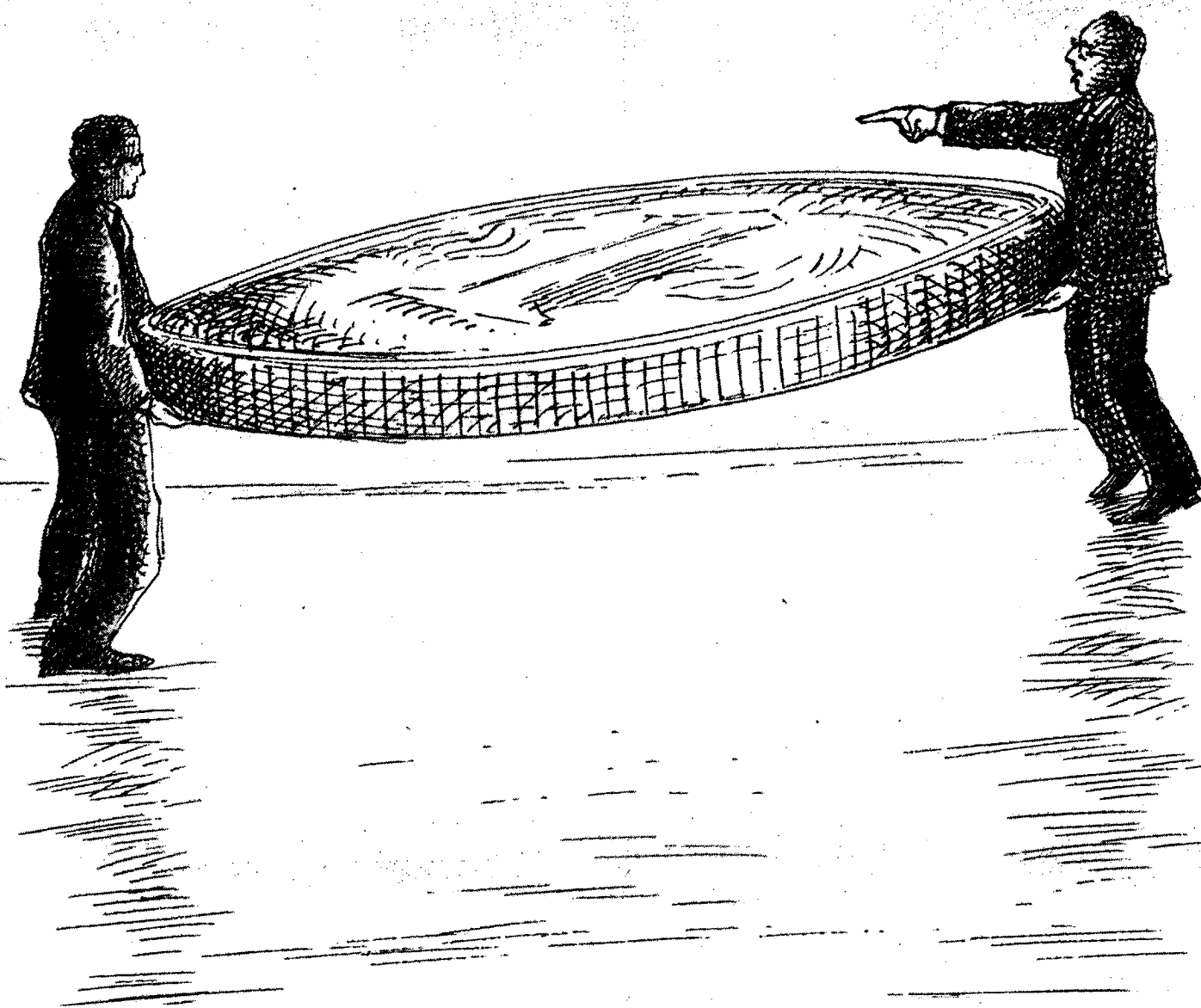
porque, do lado da receita, o governo já teria esgotado a capacidade de cobrar mais impostos, restando, implícita, a opção de trabalhar do lado da redução dos gastos. Nada obstante reconhecer-se serem limitadas as possibilidades de aumento da receita, parece-nos que o momento estaria exigindo do governo tratamento "linear" para com a sociedade dentro da qual, feliz ou infelizmente, estão, também, os sonegadores de impostos, os inadimplentes do INSS e os que só pagam impostos quando a Justiça determina (depósitos judiciais bloqueados).

À propósito e à guisa de registro, caberia dizer que, em recente entrevista ao *Jornal do Brasil*, o secretário da Receita Federal, Evarrado Maciel, declarou que: a) existe uma renda tributável da ordem de R\$ 825 bilhões que estaria fora do alcance da Receita Federal; b) dos 66 maiores bancos, pelo menos 28 não pagaram Imposto de Renda; e c) — dos 100 maiores pagadores da CPMF em 1998, pelo menos 48 jamais declararam Imposto de Renda.

Feito o prévio e necessário exame do que se poderia mobilizar em termos de receita adicional — sem

esquecer de uma aceleração no processo das privatizações, altamente desejável — aí sim, poder-se-ia, sob melhor justiça, quantificar-se os sacrifícios que sobrariam para a sociedade como um todo. Finalmente, e porque de suma importância, seguraríamos FHC em sua aparente vocação de gastador e bloquearíamos a chave do cofre, de preferência com um xiita execrável, definido como o que tem tudo de um pitbull e não abre a mão nem mesmo quando pede bênção à mãe.

■ José Valder Nogueira, ex-diretor do Banco Central, é economista



Chico
Reis